

História sagrada e absolutismo monárquico em Robert Filmer e Jacques Bossuet

Saulo Henrique Souza Silva •

Resumo

Os opúsculos políticos do teórico patriarcalista inglês Robert Filmer (1588-1653) desenvolvem uma concepção de história fundamentada na narrativa bíblica que estabelece a origem da humanidade em Adão e deriva da continuidade de seus descendentes a fonte da autoridade política. Essa estratégia argumentativa é semelhante àquela que encontramos nos *Discours sur la historie universelle* e na *Politique tirée des propres paroles de l' Ecriture sainte* do pensador francês Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704). Ambos os autores seiscentistas estruturam sua concepção de história e de autoridade política partindo dos livros do Antigo Testamento e derivam dessa origem sagrada da humanidade os atributos do poder. Em consequência, a trajetória do homem na terra é fruto da criação divina a qual também define que os governos estabelecidos sobre os homens seguirão o modelo dos primeiros patriarcas, a saber, uma monarquia absoluta e hereditária.

Palavras-chave

História Sagrada. Patriarcalismo. Monarquia. Absolutismo.

Abstract

The political pamphlets of English patriarchal theorist Robert Filmer (1588-1653) develop a conception of history based on the biblical narrative that establishes the origin of humanity in Adam and derives from the continuity of their descendants the source of political authority. This argumentative strategy is similar to that found in the *Discours sur la historie*

• Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Pós-Doutorando Universidade de São Paulo (USP). E-mail: saulohenrique01@hotmail.com

universelle and *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture sainte* of the French thinker Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704). Both seventeenth-century authors structure their conception of history and political authority starting from the Old Testament and derive from this sacred source of mankind the attributes of power. As a result, the trajectory of man on earth is the result of God's creation which also defines that governments set over men should follow the model of the first patriarchs, namely, an absolute and hereditary monarchy.

Keywords

Sacred History. Patriarchalism. Monarchy. Absolutism.

O estabelecimento de hipóteses a respeito das condições iniciais da vida humana, se existe ou não uma sociabilidade latente e os motivos que levam à origem dos governos são características comuns entre os pensadores políticos do século XVII. Testemunha esse enunciado a efervescência que a teoria contratualista obteve nessa época, sobretudo, com as obras de Hugo Grotius, Thomas Hobbes, Samuel Pufendorf, John Locke, entre outros. Por sua vez, o problema sobre a origem e a posterior trajetória do homem em sociedade política têm por objetivo suprir a necessidade de determinação das características naturais da autoridade política. Dessa forma, as teorias elaboradas com essa finalidade são investigações acerca de um passado remoto, mas que se estende e determina o presente. Quando essas ideias deixam o campo conjectural e passam a se ater às espécies de registros dos fatos passados, estamos propriamente no âmbito da história. É assim que as hipóteses a respeito das condições originais da vida humana desembocam em teorias da história haja vista a necessidade de conciliação entre as perspectiva conjectural de uma origem remota com os registro históricos disponíveis.

Grosso modo, essas considerações filosóficas sobre as origens e a trajetória histórica do homem seguem duas vertentes diferentes no século XVII. Aquela que parte de um estágio originário conjectural da humanidade para o desenvolvimento de um início convencional dos governos; a partir de então, teríamos os primeiros registros efetivamente históricos. A outra vertente surge em resposta à concepção convencional e corresponde à teoria que faz da origem e dos acontecimentos humanos o resultado da vontade divina a qual determina e qualifica os modos de existência do homem; neste caso, os registros estão compreendidos na letra dos livros bíblicos. O objetivo deste artigo

consiste precisamente em considerar essa segunda concepção histórica que fora desenvolvida entre pensadores políticos seiscentistas tomando como referência as obras de Robert Filmer e Jacques Bossuet. Os liames dessa relação são fecundos porque ambos os autores estabeleceram uma concepção histórica pautada na narrativa sagrada e na naturalidade do governo monárquico, hereditário e absoluto. Sobre isso, é exemplar que a crítica de Voltaire a Bossuet, segundo a qual o pensador de Dijon havia transformado, em seu *Discours sur l'histoire universelle*, a “pequena nação judia [...]” no centro da história humana (2007, p. 3), pode ser empregada a Robert Filmer. Afinal, no póstumo *Patriarcha or the naturall power of kinges* (1680), Filmer estrutura sua visão da história por meio dos livros do Antigo Testamento, elaborando uma espécie de “história universal” que se inicia em Adão e se desenvolve com os primeiros patriarcas. Essa teologia da história é equacionada com a história das instituições inglesas por meio da defesa que originalmente a monarquia da Inglaterra é absoluta por extensão e hereditária por transmissão, conforme os desígnios de Deus. Tal perspectiva é bastante semelhante com aquela que Bossuet desenvolverá mais tarde em sua *La politique tirée des propres paroles de l'Écriture sainte*.

Por conta dessa orientação, é possível estabelecer relações pertinentes entre o pensamento de Filmer com aquele levado a cabo pelo prelado francês, enfatizando precisamente a natureza absoluta da autoridade política e a teologia da história. Com efeito, para ampliarmos essa discussão, dividimos este inquérito em duas partes. Inicialmente, investigaremos o modo como Filmer constrói sua teoria em meio ao conturbado contexto político inglês da primeira metade do século XVII (I) e em seguida demonstraremos como essas ideias foram reassumidas por Bossuet, décadas depois (II).

Robert Filmer e a concepção genética da autoridade política

Em *Observations concerning the originall of government* (1652), é possível argumentar que Filmer estabelece dois julgamentos sobre o pensamento de Hobbes, um contra e outro a favor. Inicialmente Filmer está em acordo com Hobbes sobre “os direitos de soberania os quais nenhum homem que eu conheça tratou tão ampla e judiciosamente [...], mas não posso concordar com seu meio de adquiri-lo” (2004, p. 184). A razão para Filmer é simples, consistiria em um equívoco a fundação hobbesiana do *jus naturae* e do *regnum institutivum*, pois impossibilitaria assentar seus princípios de “acordo com a Escritura e com a razão” (*Ibid.*, p. 185). Ao contrário, a origem dos governos deveria ser pesquisada

“[...] pela sucessão e geração de um homem. Nós não devemos negar a verdade da história da criação” (*Ibid.*, p. 188). Essas ideias se encontram plenamente desenvolvidas no *Patriarcha*, obra na qual a contradição entre a defesa da instituição humana dos governos políticos (aquilo que mais tarde passou a ser chamado de teoria contratual ou convencionalismo) com os acontecimentos narrados pela Escritura é evidenciada¹.

Se o filmerismo compreende Adão como o protótipo da humanidade², detentor da propriedade sobre o mundo e os seus descendentes, é preciso explicar como esse poder passa de geração em geração; ou melhor, é preciso recorrer a uma tese que explique a ordem dos acontecimentos históricos. A partir da cronologia criacionista, Filmer estrutura uma espécie de história linear que parte da origem do poder patriarcal no início dos tempos. No entanto, a estrutura dessa temporalidade possui um hiato significativo porque Filmer praticamente liga o poder monárquico na Inglaterra de seu tempo com o início dos tempos narrado na Bíblia; não há termo médio. O que tem validade é a demonstração da origem como prova de sua essência na atualidade. Gordon Schochet denomina essa argumentação filmeriana de concepção *genética* da autoridade política porque o poder de ordenar é estabelecido por meio da verdadeira *origem* da sociedade. Ou seja, o patriarcalismo enquanto uma forma de poder estabelece a obediência de forma natural, “[...] esta forma de discussão da obrigação política torna possível defender o dever de obedecer a governantes contemporâneos pelo apelo à origem familiar do governo” (SCHOCHET, 1975, p. 58). Por sua vez, a noção das origens contém implícito uma visão a respeito da história e da mudança, em geral a passagem do tempo não quer dizer necessariamente a ocorrência da mudança. Algumas coisas mudam, outras permanecem. De acordo com Schochet, o fundamental para uma filosofia genética como a de Filmer é que “[...] as normas permaneçam em sua forma e conteúdo original” (*Ibid.*,

¹ Sobre isso, concordamos com a hipótese de Gordon Schochet segundo a qual o filmerismo se impõe como uma resposta ao populismo dos autores contratualista, na verdade uma espécie de correção (SCHOCHET, 1975, pp. 1-17). Segundo o comentador, enquanto o patriarcalismo tem necessariamente que ir de encontro ao contratualismo em seus aspectos estruturantes, mas “[...] os contratualistas não incluíam uma negação da descrição patriarcal da origem histórica do Estado, pois não havia razão para duvidar que a associação familiar fosse a percussora de todos os relacionamentos”, bastava simplesmente assimilá-la à concepção voluntarista da obrigação política. Por conseguinte, “o debate entre a explanação contratual e a patriarcal da autoridade política verdadeiramente nunca ocorreu, pois as duas teorias arguem o passado da outra” (*Ibid.*, 1975, p. 56).

² Nossa posição argumenta que o *filmerismo* tem por objetivo empreender uma rigorosa refutação à emergência de um pensamento de cunho mais republicano e liberal que vinha tomando fôlego em boa parte da Europa. Com essa orientação em vista, podemos entender de forma mais clara a sua fórmula segundo a qual o poder político não tem origem por meio de um contrato porque os homens não nascem livres, mas naturalmente submetidos à autoridade doméstica dos pais. Essa ideia está bem delineada em diversos tratados de Filmer.

pp. 58-9). Seguindo essa linha de raciocínio, a humanidade teve origem apenas de um homem, um indivíduo primevo (pai) a partir do qual foram gerados descendentes os quais formaram as primeiras comunidades domésticas pelo mundo, todas elas governadas pela figura de seu patriarca (família). Com o passar do tempo, as famílias se tornam cada vez maiores a ponto de dar lugar a povos e nações (reinos). Assim, o poder patriarcal (*patriarchal power*) que tem início com Adão prolongou-se por toda história sacra em três grande estágios, o originário, o antediluviano e o pós-diluviano. O estágio final, o pós-diluviano, fundamental na argumentação de Filmer, consiste na propagação da humanidade após o *dilúvio*, período em que teve origem o poder real por meio da dispersão dos descendentes de Noé. A partir desses fatos, constituir-se-ia o terceiro estágio do arcaísmo histórico, segundo a interpretação levada a cabo por Filmer. Dessa forma, ao final do dilúvio “os três filhos de Noé tinham o mundo inteiro dividido entre eles por seu pai”, de modo que eles seguiram o preceito de Gênesis IX, 1: *crescei e multiplicai-vos e enchei a terra*.

A tese sobre a formação das nações através da dispersão dos filhos de Noé está vinculada com a confusão de Babel e o conseqüente aparecimento das línguas particulares (*confusion of tongues*). Por conseguinte, Filmer defende no *Patriarcha*,

a maioria das nações civilizadas do mundo trabalha para buscar sua origem a partir de alguns dos filhos ou sobrinhos de Noé, os quais estavam largamente espalhados depois da confusão de Babel. Nesta dispersão nós devemos certamente encontrar o estabelecimento do poder real em todos os reinos do mundo (2004, p. 7).

O importante dessa fundamentação histórica está na coerência que ela permite dar à construção da teoria patriarcalista de Filmer, a qual pode ser demonstrada pela seguinte ordem histórica:

- 1) A formação do gênero humano em Adão, o pai da humanidade, e a origem do primeiro patriarcado.
- 2) Os Patriarcas antediluvianos, cuja extensão do poder estender-se-ia à vida e à morte de seus subjugados.
- 3) Os patriarcas pós-diluvianos (posteridade de Noé: Sem, Cam e Jafet) dispersão pelo mundo e origem do poder real com Nimrod. Desde então, a prática do chefe de família tornar-se-ia uma tradição inquestionável.

Ou seja, o autor do *Patriarcha* entende que após a dispersão dos descendentes de Noé, houve o surgimento de uma diversidade de línguas de acordo com o grande número de famílias distintas. Conseqüentemente, as primeiras nações tiveram origem, nas quais Filmer assegura que Deus foi cuidadoso para nelas preservar a autoridade paternal por meio da divisão da diversidade de línguas em acordo com a diversidade de famílias. Nesse sentido, eis, segundo Filmer, como se processou a divisão do mundo pós-diluviano:

nesta divisão do mundo, alguns são de opinião que Noé usou lotes para a distribuição das partes. Outros afirmam que ele navegou ao redor do Mar Mediterrâneo em dez anos e, conforme ele navegava, sinalizou para cada filho a sua parte, e assim fez a divisão do mundo então conhecido em Ásia, África e Europa, segundo o número de seus filhos, os limites daquelas três partes são todas encontradas nesse Mar Mediterrâneo (*Ibid.*, p.15).

O modo pelo qual a divisão do mundo foi determinada por Noé consistiria na origem natural das nações, cujos pais de família eram precisamente os seus príncipes. Por meio dessa busca pela história das origens, podemos defender que Filmer pertence àquela gama de filósofos que assumem o aristotelismo da sociabilidade como um atributo natural dos homens e advogam a evolução hierarquizada da família ao reino; ou melhor, da família como a célula mínima e inicial das primeiras comunidades humanas à sociedade política definitivamente constituída. Outra conclusão possível concerne ao fato que a trajetória preconizada por Filmer tomando como base a cronologia adâmica o filia à tradição agostiniana.

Nesse contexto pós-diluviano teria sido fundada a primeira monarquia. Seu instituidor foi Nimrod o qual, por meio da *usurpação*, ampliou seu território além do tamanho natural, conquistando outras famílias que estavam sob o domínio de outros patriarcas. Assim, “[...] contra o direito ele alargou seu império pela tomada violenta dos direitos dos outros senhores de família, e neste sentido ele pode ser dito o autor e o fundador da primeira monarquia” (2004, p.8). No entanto, enfatiza o autor do *Patriarcha*, tal feito não fora por meio da eleição ou escolha do povo, mas através da *usurpação* e da *tiranía*. Apesar disso, o poder dos patriarcas continuou ao longo da história com Abrão, Isaac, Jacó, Ismael e Esaú, e mesmo durante o cativeiro do Egito, sendo passado de geração em geração. Por isso, se dizia em *Gn* 25, 16 sobre a descendência de Ismael, “estes são os filhos de Ismael, e estes são seus nomes de acordo com seus castelos e

idades, doze príncipes de suas tribos ou famílias” (*Ibid.*, pp. 8-9). Seguindo essa perspectiva, Filmer voltara a enumerar os diversos reinos existentes após o dilúvio como demonstração de sua tese, assegurando que a grande variedade de pequenos reinos não deveria ser tomada como uma inferioridade em relação aos reinos atuais. Ao contrário, “estes amontoados de reis em cada nação são um argumento que seus territórios eram pequenos, porém firmemente confirma nossa asserção que a ereção de um reino somente tem início pela distinção das famílias” (*Ibid.* p. 9). O momento de suspensão do poder jurisdicional dos patriarcas apenas teve uma intermitência durante o cativeiro do Egito porque nesse período os israelitas estavam sob a sujeição de outro príncipe. Após isso, ter-se-ia restaurado a linhagem de sucessão do governo patriarcal.

No opúsculo *The anarchy of a limited and mixed monarchy* (1648), Filmer esclarece que os primeiros reinos foram erigidos como colônias de família, onde os pais tinham poder supremo e seus herdeiros derivavam desses patriarcas o direito de paternidade e o poder real sobre suas famílias. Por essa razão, Filmer questiona Philip Hunton, bem como todos aqueles que defendem o direito do povo alterar um governo ou depor um rei, “[...] se este poder supremo foi assentado e fundado pelo próprio Deus na paternidade, como é possível o povo ter algum direito ou título para alterar e o dispor de outra maneira?”. Isto porque, pela ordem de Deus, a soberania teria sido dada a Adão de forma “tão larga quanto todos os atos de sua vontade; e como nele, assim em todos os outros que têm o poder supremo [...]” (2004, p. 138). O grande elemento da crítica, portanto, deve ser direcionado a todos os defensores do consentimento público. Haveria uma contradição entre a afirmação do consentimento e a defesa da origem paternal da autoridade política porque “conforme a Escritura nos ensina esse poder supremo estava originalmente na paternidade sem nenhuma limitação. Dessa forma, igualmente, a razão deve evidenciá-la. Deus ordenou o que essa supremacia deva ser, então, por necessidade, a supremacia deve ser ilimitada”. Para Filmer, o poder que limita tem que estar acima do poder que é limitado, seria uma enorme contradição “[...] um poder supremo limitado” (*Ibid.*, p. 139). Por conseguinte, a monarquia absoluta corresponderia a um regime originalmente estabelecido por Deus a partir de Adão, compreendido como *the father of all flesh*. Qualquer outra forma de governo consiste, efetivamente, em uma corrupção do modelo original ordenado por Deus, um governo ilegítimo frequentemente estabelecido por rebeliões.

No entanto, não seria razoável defender que os reis de seu tempo eram os herdeiros diretos dos primeiros patriarcas por não haver provas documentais para essa

espécie de afirmação. Em nenhuma obra Filmer argumentou dessa maneira, mas sempre defendeu que os reis das monarquias não poderiam ser qualificados como os pais naturais de seu povo porque essa linhagem genealógica é impossível de ser demonstrada. Porém, enquanto detentores do poder real, os monarcas devem continuar sendo reputados como herdeiros daqueles primeiros progenitores, cujo direito lhes confere o exercício da suprema jurisdição. Assim, pela natureza do exercício do seu poder, Filmer defende no *Patriarcha*, “tais herdeiros não são somente senhores de suas próprias crianças, mas também de seus irmãos, e de todos os outros que estavam submetidos a seus pais” (2004, p.10). Enquanto os primeiros pais de família viveram o título de *patriarca* lhes pertencia, porém, após alguns descendentes, quando a verdadeira e natural paternidade havia desaparecido, o título de príncipe ou de rei tornou-se mais significante para expressar a natureza do poder. Por esse motivo, defende Filmer, “[...] ocorre que frequentemente uma criança, pela sucessão de a um rei, tenha o direito de um pai sobre uma grande multidão de grisalhos, e tenha o título de *pater patrie*” (*Ibid.*, 2004, p. 10). Nesse ponto da argumentação, Filmer fala exclusivamente sobre a *essência* do poder, assim a busca genealógica pela origem da autoridade política demonstraria as suas características, mas não estabelece uma sequência linear das transmissões ou mudanças históricas que demonstrariam como aquele poder originário fora transmitido ao longos de todos os estágios da história humana.

Além disso, essa qualificação do rei como o pai da pátria é mais remota e Filmer não está trazendo nenhuma novidade à arena das ideias políticas com essa afirmação³. Um dos responsáveis pela difusão dessa ideia na Escócia e na Inglaterra foi James VI e I

³ O termo *pater patriae*, cuja tradução para o inglês estabelecida na edição de Sommerville seria *father of the fatherland* (pai da pátria), foi empregada pela primeira vez com alusão aos imperadores da Roma antiga, (Cf. SOMMERVILLE, 1995, p. 29). Nas obras de Filmer esse termo aparece somente uma vez no trecho acima citado do *Patriarcha*, entretanto, na tradição da literatura política em língua inglesa existem alguns empregos exemplares que dão uma noção mais clara daquilo que Filmer queria dizer com essa alusão do rei como o pai. Isto porque, como observa Sommerville, “é difícil deduzir muitas consequências da vaga analogia entre reis e pais” (*Id. Ibid.*, p. 29). Assim, um inicial e famoso emprego dessa expressão aparece na obra de James VI das Escócia, que depois assumiu também o trono inglês como James I, *The true law of free monarchies* publicada em 1598. Outro caso famoso encontra-se em sentenças emitidas por Edward Coke que iniciou sua carreira como advogado e em 1613 foi nomeado Chefe de Justiça da *Court of Common Pleas*. Em uma conhecida sentença de Coke, analisando o problema das crianças nascidas na Escócia após a unificação das coroas, defende que essas crianças deveriam ser consideradas sob a *Common law*, bem como súditas do trono inglês. Uma das justificativas apontadas por Coke era porque o quinto mandamento que estabelece a necessidade de honrar pai e mãe deveria ser estendido “àquele que é o *pater patriae*” (2003, p. 196). Após esses iniciais empregos, a expressão continuou a ser usada por diversos realistas como Robert Sanderson (1627) e Francis Kynaston (1629), (Cf. CUTTICA, 2007, pp. 207-234). Por conseguinte, quando Filmer reivindica no *Patriarcha* que o rei seria o pai da pátria está defendendo, além da analogia entre o governo do pai de família e aquele do rei, que semelhante ao que ocorre com o poder paterno, o rei não estabelece contrato com seus filhos, os quais naturalmente nascem subordinados à sua autoridade.

ao argumentar, no opúsculo *The true law of free monarchies* (1598), que “[...] o rei em relação a seu povo é corretamente comparado a um pai de crianças [...]. E por todas as outras *commonwealths* bem governadas, o estilo do *pater patriae* sempre foi, e é, comumente usado para os reis” (1996, p. 73). Além disso, conforme esclarece Christopher Hill, os “[...] cânones da Igreja anglicana de 1606 estabeleciam que o poder político descendia de Adão através dos patriarcas” (2003, p. 271)⁴. Da mesma forma, o termo foi utilizado por Claudius Salmasius em sua *Defensio regia*, publicada em 1649 condenando a execução de Charles I⁵. O recurso ao *father of the fatherland* serve para simbolizar a essência da autoridade a qual seria semelhante àquela de um pai, conforme a tradição que deve ser remontada até Adão. Feito isso, Filmer praticamente abandona o assunto, se dá por satisfeito porque a teologia da criação não pode ser questionada sem correr o risco de cometer um grande equívoco.

Essa teologia política que se apresenta sobre as vestes da história sagrada e do adamismo foi bastante atacada desde o início de sua divulgação pelos monarquistas ingleses. Em 1649, John Milton já combatia a obra realista *Defensio regia* de Calaudius Salmasius e mais tarde John Locke fará o mesmo contra a publicação póstuma do *Patriarcha* de Filmer. Entretanto, é sintomático que essas ideias não tenham sido esquecidas por conta dessas críticas e a prova dessa permanência são os textos escritos por Jacques Bossuet no século XVII. De modo análoga àquela de Filmer, o prelado francês estrutura uma concepção absolutista de governo por meio do recurso à história

⁴ Em *A bíblia inglesa e as revoluções do século XVII* (1993), Christopher Hill argumenta que a bíblia foi o ponto de referência e a fonte de todas as ideias ao longo do século XVII. Segundo o historiador inglês, “Hobbes e Filmer usaram a linguagem da Bíblia tanto quanto os *levellers*, Milton ou Winstanley. Tanto jesuítas quanto radicais parlamentaristas defenderam as suas causas com argumentos bíblicos” (2003, p. 55).

⁵ Seguindo os passos do rei James VI e I e de Robert Filmer, Salmasius estabeleceu sua doutrina em defesa da causa monárquica trabalhando a analogia entre o pai de família e o rei. É importante essa orientação presente em Salmasius porque ela ajuda a entender melhor a teoria patriarcalista como parte da cultura inglesa da época. De acordo como Cesare Cuttica, “o uso mais tradicional do termo patriarcalismo é encontrado na esfera teológica onde referências são feitas aos patriarcas bíblicos. Neste contexto, a palavra ‘patriarca’ é aplicada a personagens bíblicos [...]”. Teorias patriarcais geralmente são associadas a uma forma opressiva e arcaica de poder antimoderno (patriarcado), por meio do qual o pai da casa tem domínio absoluto sobre todos os membros de sua família” (2007, p. 27, nota de rodapé). Entretanto, concordando com Cuttica, não podemos entender o patriarcalismo como um mero sistema arcaico, “foi mais que a codificação de uma visão obsoleta ou um sistema defeituoso de crenças arcaicas que teve êxito no teatro das ideias quando confrontado pelo “tufão” da filosofia moderna, ciência empírica e mudanças sociais” (*Ibid.*, p. 203). Na verdade, a versão patriarcalista da autoridade política ganhou força como um contraponto às teorias populista que vinham sendo desenvolvidas por teólogos e acadêmicos. Portanto, o que teóricos como Samasius e Filmer fizeram foi trabalhar com elementos da cultura patriarcal europeia para construir um teoria de oposição às doutrinas mais populares. Por essa razão, estamos de acordo com Gordon Schochet quando argumenta, em *Patriarchalism in political thought* (1975), que a novidade na filosofia política do século XVII não é o contrato, mas a teoria patriarcal.

sagrada dos patriarcas do Antigo Testamento, ligando essa origem santa à história francesa dos tempos de Louis XIV.

Bossuet e a política providencial

É possível compreender o modo como Bossuet estabelece a relação entre história sagrada e autoridade política por meio do *Discours sur l'histoire universelle* (1681), bem como pela obra póstuma *La politique tirée des propres paroles de l'écriture sainte* (1709), as quais foram escritas na década de 1670 para a instrução do herdeiro de Louis XIV, o Delfim da França, sobre história e política. Nessas obras, Bossuet examina a história do mundo considerando a cosmologia judaico-cristã e elevando o livro de gênesis ao verdadeiro fundamento da história. Dessa forma, a história universal consistiria no registro das mudanças memoráveis que ocorreram ao longo dos tempos e revela aquilo que pertence à religião e às coisas do império. Por conta dessa característica, é possível afirmar que Bossuet empreende a reconstrução de um pensamento político de feição filmeriana na França da segunda metade do século XVII.

O *Discours sur l'histoire universelle* está estruturado em três partes por meio das quais o prelado francês estabelece aqueles que seriam os eventos mais importantes que um príncipe deveria saber para evitar os inconvenientes da corrupção de um reino. O fundamento dessa concepção de história universal que perpassa por todo o *Discours* está na aceitação da cosmologia judaico-cristã como a estrutura e o ponto de partida da narrativa histórica da criação do mundo e dos primeiros homens: Adão, Eva, Caim e Abel. Assim, Bossuet percorre os fatos que teriam ocorrido entre a criação, a construção da Arca de Noé e o grande dilúvio porque

tal é o começo de todas as histórias, onde descobrimos toda a potência, sabedoria e bondade de Deus; a feliz inocência sobre sua proteção, sua justiça ao vingar os crimes e ao mesmo tempo sua paciência em alcançar a conversão dos pecadores, a grandeza e a dignidade do homem em sua primeira instituição, o gênio humano que foi corrompido; a natureza da inveja, as causas secretas das violências e das guerras, isto quer dizer, todos os fundamentos da religião e da moral (1961, p. 670).

De posse desse enunciado, é possível evidenciar duas características do pensamento histórico bossuetiano, a saber, a interferência divina no curso da história por

meio da Providência e a relação entre a religião e a autoridade já no início da humanidade. Essas características são aprofundadas com suas reflexões sobre a narrativa bíblica dos acontecimentos ocorridos após o dilúvio, onde teríamos a divisão do mundo entre os filhos de Noé. Para Bossuet, com essa divisão tem origem as primeiras nações, sobretudo, com o posterior advento de Nimrod o qual é compreendido como o primeiro conquistador⁶.

Segundo o pensador de Dijon, os reinos que surgiram nesses primeiros tempos eram pequenos, entre os quais se destacaria o Egito. É uma época de melhoramento moral do homem, do emprego da agricultura, desenvolvimento da arte de construir, bem como o aumento da criação de rebanhos, mas também é o tempo das primeiras guerras e da utilização de armas mais mortíferas. Assim, para impedir o progresso do mal, Deus novamente interfere na história e escolhe um povo com o qual faz uma aliança. Abraão foi o escolhido para ser o tronco e pai de todos os crentes (*la tige et le père de tous les croyants*), por meio da qual o povo escolhido se multiplicaria como “as estrelas do céu e a areia do mar” (1961, p. 673). Essa reflexão sobre a história sagrada é aprofundada e em muitos momentos ela encontra-se relacionada com a história profana, como relatos da formação do povo grego, da guerra de troia, da fundação de Roma, do reino de Carlos Magno etc. Por exemplo, ao narrar os feitos de Salomão, Bossuet afirma que “foi aproximadamente no ano 3000 do mundo, a 488 anos depois da saída do Egito e, para ajustar os tempos da história Santa com a profana, 180 anos após a tomada de troia, 250 anos antes da fundação de Roma e 1000 anos antes de Jesus Cristo que Salomão concluía aquele maravilhoso edifício” (1961, p. 680). Por sua vez, no capítulo dois da segunda parte do *Discours*, Bossuet se detém no patriarca Abraão que havia dado ao povo hebreu uma forma mais regular e o modo como essa parte da história sagrada é analisada pelo bispo católico torna ainda mais claro os traços patriarcais de seu pensamento⁷. Assim, para que a idolatria e a corrupção não infectasse todo o gênero humano ainda em seu começo, Deus escolheu Abraão e na família dele estabeleceu o seu culto e “[...] conservou a antiga

⁶ É sintomático que o personagem bíblico Nimrod apareça no *Discours* de Bossuet desempenhando um papel semelhante àquele que do *Patriarcha* de Filmer. Ou seja, Nimrod é compreendido como o fundador da primeira monarquia. Onde a autoridade deixaria de ser aquele simples e natural poder patriarcal para se tornar em um verdadeiro poder monárquico.

⁷ Além da concepção de história sagrada e do elogio do poder monárquico absoluto, o pensamento de Bossuet e Filmer também compartilham uma visão patriarcalista da autoridade alicerçada na simbologia dos patriarcas bíblicos. Segundo Hulliung, “Filmer e Bossuet insistiram que a autoridade patriarcal era a pedra fundamental da monarquia absolutista e eles foram mais perspicazes do que imaginaram. Assim, é a família que transmite valores tradicionais da sociedade ao indivíduo e de geração a geração” (1974, p. 414).

crença tanto da criação do universo quanto da providência particular com a qual ele governa as coisas humanas” (*Ibid.*, p. 780). Esse ensinamento, Bossuet retira apenas da história narrada pelas Escrituras: “eis o Deus que Moises nos propõe em seus escritos como o único que é preciso servir. Eis o Deus que os patriarcas têm adorado após Moises; em uma palavra, o Deus de Abraão, Isaac e Jacó [...]” (*Ibid.*, p.778). Esse aspecto é importante porque ele está relacionado diretamente com outro texto de Bossuet que veio a lume apenas postumamente. Assim, em *La politique tirée des propres paroles de l’écriture sainte*, o pensador de Dijon é bastante claro ao construir os fundamentos da autoridade monárquica com base no direito divino, na extensão absoluta do poder e na hereditariedade de sua transmissão.

Nos seis livros da *Politique tirée des propres paroles de l’écriture sainte*, a narrativa da história sagrada é retomada, porém seu direcionamento é mais político que aquele presente no *Discours*, o qual visa mais a instrução dos príncipe acerca dos acontecimentos pretéritos, seu objetivo principal não é estabelecer uma política sacra⁸. No entanto, a história sagrada e a ação da Providência divina permanecem como princípios inalteráveis. Na verdade, a Providência corresponde a uma espécie de espinha dorsal da relação entre história e autoridade⁹. Essa ideia já estava bem exposta no *Sermão sobre a Providência* proferido no Louvre em 1662. Segundo Bossuet,

devemos entender esse universo, e particularmente o gênero humano, como o reino de Deus, que Ele mesmo regula e governa segundo leis imutáveis; e apliquemo-nos hoje a refletir sobre os segredos dessa política celeste que comanda toda a natureza e que, encerrando em sua ordem a universalidade das coisas humanas, dispõe sobre os diferentes acidentes que confundem a vida dos comuns

⁸ A relação entre a história e a política está ligada ao seu conceito de Providência porque tanto o mundo natural quanto mundo dos homens são frutos da criação Divina. Segundo Menezes, Deus “intervém a cada momento e tudo se passa como se as leis naturais estivessem diretamente atreladas ao Juiz Supremo [...]. Todavia, essa interferência não se concretiza apenas numa harmonia matemática, como pensavam alguns; Ele age também mediante determinações diretas na condução da história política dos humanos. Antes de ser um Deus matemático, o Deus de Bossuet é político” (MENEZES, 2006, p. 72).

⁹ Segundo Menezes, “[...] a Providência funciona como o agente organizador que encaminha a trajetória da humanidade rumo à Cidade de Deus. A filosofia de Bossuet está sustentada por uma teologia que permite asseverar que Deus faz e conhece o sentido da História. Deus eleva ou rebaixa os impérios, estabelece para cada povo um destino e um papel; entre Suas mãos, os reis e os Estados não passam de instrumentos dos quais Ele se utiliza para conduzir a humanidade a seu celeste destino” (2006, p. 74). Cesare Cuttica, em seu livro sobre Filmer, tem defendido a existência de estreitas conexões entre o pensamento absolutista de Filmer e aquele de Bossuet, porém, segundo o intérprete, a grande diferença entre Filmer e Bossuet estaria na “importância de Deus e da Providência na manutenção de seus sistema político” (2007, p. 278). De fato, em Filmer não existe um espaço para a Providência porque sua leitura bíblica possui um caráter mais naturalístico enquanto a perspectiva de Bossuet está assentada em uma verdadeira teologia política.

com o mesmo cuidado com que age sobre os grandes e memoráveis fatos decisivos para a sorte dos impérios (2006, pp. 31-2).

A vida em sociedade e a existência dos impérios são partes da criação e como tal estão sob o governo dos desígnios de Deus, poderíamos chamar essa teoria de política providencial. Por meio dela, e seguindo o que Filmer falara, Bossuet defende a tese aristotélica sobre a versão agostiniana pela qual os homens são concebidos para viver em união e formar uma única sociedade universal na qual todos seriam irmãos unidos pela mútua necessidade¹⁰.

Em *La politique tirée des propres paroles de l'écriture sainte*, a sociedade civil enquanto parte separada da sociedade universal tem origem somente quando as paixões se tornam tão grandes que violam os laços naturais. Segundo Bossuet, essa “[...] perversidade tornou os homens insociáveis” e a divisão estabelecida entre eles, fruto de suas paixões, dá origem à multiplicação do gênero humano (1818, p. 16). Assim, as divisões entre os homens são intensificadas por meio da região que se habita e da língua que se fala. Porém, quando Bossuet pensa acerca da origem dos governos, a distinção e a separação possível por falar uma mesma língua ou habitar um mesmo país não são suficientes para manter um grupo de homens permanentemente unidos, mas é preciso que “[...] se submetamos todos conjuntamente a um mesmo governo que regulará a todos” (*Ibid.*, p. 24). Dessa forma, é por meio da autoridade política que a união entre os homens é estabelecida, e essa necessidade do governo, verificada por meio das Escrituras, significa a unidade de um povo que renuncia à sua vontade em prol daquela do príncipe ou magistrado. A marca do governo é estabelecida sobre a renúncia ao direito (*droit*) de ocupar pela força aquilo que lhe convêm, mas se o governo for removido a terra e todos os seus bens tornar-se-ão comuns aos homens, como o ar e a luz. Diferentemente de Filmer, Bossuet estabelece uma espécie de comunismo primitivo respaldado pela passagem bíblica: *crecei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra* (*Gn*, IX, 1).

¹⁰ Essa comparação é bastante instrutiva, não simplesmente porque possibilita remontarmos Filmer e Bossuet à tradição cunhada nos primeiros tempos do cristianismo, mas também à tradição clássica, especialmente em sua expressão mais acabada, aquela apresentada pela pena de Aristóteles. Tanto para Agostinho quanto para Aristóteles existe uma espécie de progressão hierárquica da família para a cidade, porém em Agostinho essa progressão deve levar em conta a tradição judaico-cristã cuja perspectiva consiste em um “[...] dos itens pelos quais o homem pode diferenciar-se qualitativamente do animal. Entre os animais irracionais as espécies não procedem de um único indivíduo, em diferença do gênero humano proveniente de Adão. Tal fato corrobora com a ideia da humanidade como uma grande família, que por outra parte enfatiza também a valorização positiva agostiniana do princípio social da reunião, especialmente a partir dos laços de parentesco” (ROSSI, 2008, p. 79).

Se a autoridade tem sido exercida desde a origem do mundo, Bossuet adiciona que a monarquia é a forma de governo mais comum, a mais antiga e também a única natural, haja vista que, como Filmer advogou na primeira metade do século XVII, todos os homens “nascem sujeito: e o império paternal que os acostuma a obedecer os acostuma ao mesmo tempo a ter um chefe” (*Ibid.*, p.72). Além de ser o mais natural e mais durável, o governo monárquico seria também a forma mais forte porque ela é oposta divisão. Por isso, a monarquia deve ser compreendida como fruto da vontade divina, pois “nosso senhor [...] parece ter desejado marcar os reinos e as vilas com a mesma forma de se unir que a natureza tem estabelecido nas famílias” (*Id. Ibid.*, p. 72). Além de ser uma forma de governo natural, a monarquia também deve ser hereditária haja vista ser da “ordem natural que os filhos sucedam os pais [...]. O príncipe que trabalha por seu Estado, trabalha por suas crianças; e o mesmo amor que ele tem por seu reino confunde com aquele que ele tem por sua família” (*Ibid.*, p. 76). Além dessas características, o poder monárquico é sagrado, a sua forma é absoluta e a obediência a essa autoridade deve ser levada em conta conforme reza a lei do decálogo: honrar aos teus pais.

Conclusão

Conforme evidenciamos ao longo deste inquérito, o pensamento de Filmer e Bossuet possuem fortes elos de ligação e este estudo fornece alguns elementos pelos quais é possível compreender como as características do filmerismo reaparecem no pensamento político francês da segunda metade do século XVII, pois, conforme advogava Peter Laslett “é provável que Bossuet foi diretamente influenciado por Filmer” (1949, p. 41). A tentativa de estabelecer o ponto de partida da história humana nos livros do Antigo Testamento, a concepção de que a autoridade política deriva daquele poder que os patriarcas tinham sobre suas famílias nos primeiros tempos da criação, o esforço em fazer conciliar essa história sagrada com os acontecimentos profanos e, sobretudo, a teoria da monarquia absoluta e hereditária como a forma de governo estabelecida por Deus, essas características estão presentes tanto em Filmer quanto em Bossuet.

Entretanto, existe atenuações importantes, especialmente nas formulações teológicas dos dois autores. Como acentua Hulliung, “[...] o patriarcalismo de Bossuet reside dentro de uma doutrina do direito divino e o pensamento de Filmer é tão religioso quanto naturalístico” (1974, p. 414). De fato, a atitude filmeriana de compreender as

fontes bíblicas como a resposta sobre a origem da sociedade política é demasiadamente naturalística e essa estratégia faz com o autor do *Patriarcha* não leve a cabo a construção de uma teologia mais elaborada como fez Bossuet com a articulação entre política, história e Providência.

Referências bibliográficas

BOSSUET, Jacques-Bénigne. *Discours sur l'histoire universelle*. Paris: Gallimard, 1961.

_____. *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*. Paris: J.A. Lebel, 1818.

_____. *Sermão sobre a Providência*. Trad. Edmilson Menezes. Ilhéus: Editus, 2006.

COKE, Edward. *The selected writings and speeches*. Ed. Steve Sheppard, VI. 2. Indianapolis: Liberty Fund, 2003.

CUTTICA, Cesare. *Adam...“The father of all flesh”*: an intellectual history of Sir Robert Filmer and his works in seventeenth-century European political thought, 2007. 491 p. Thesis (Doctor of History and Civilization) European University Institute. Florence.

FILMER, Robert. *Patriarcha and other writings*. Ed. Johann P. Sommerville. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HILL, Christopher. *A bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Trad. Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HULLIUNG, Mark. “Patriarchalism and its early enemies”. In: *Political theory*. Vol. 2, nº 4, pp. 410-419, 1974.

JAMES I. *The true law of free monarchies and Basilikon Doron*. Toronto: CRRS Publications, 1996.

LASLETT, Peter. ‘Introduction’. In: *Patriarcha and other political works of Sir Robert Filmer*. Ed. Peter Laslett. Oxford: Basil Blackwell, 1949.

MENEZES, Edmilson. “História universal e Providência em Bossuet”. In: *História e providencialismo*. E. Menezes (org). Ilhéus: Editus, 2006.

ROSSI, Miquel Angel. “El Estado y su condición de posibilidad en el pensamiento agustiniano”. In: *Teoría y filosofía política*. Atilio A. Boron (org.). Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2008.

SCHOCHET, Gordon. *Patriarchalism in political thought*. Oxford: Basil Blackwell, 1975.

SOMMERVILLE, Johann. *Politics & ideology in England 1603-1640*. New York : Longman Publishing, 1995.

VOLTAIRE. *O pirronismo da história*. Trad. Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2007.